



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2014

CRISE NA SAÚDE

UTI do HPM permanece inativa

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital da Polícia Militar continua inativa e apenas uma sala de cirurgia está em funcionamento, descumprindo decisão judicial, em caráter liminar, proferida em razão de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado (MPE) em março do ano passado. Na decisão, foi estabelecido o prazo de 240 dias para que fossem adotadas as medidas necessárias para a regularização do atendimento na unidade hospitalar, entre outras providências. Ante o descumprimento, a promotora de Justiça Euza Missano disse que o MP irá propor a execução provisória para o devido cumprimento do que foi determinado.

“O prazo foi expirado e o MP irá agora comunicar a au-

toridade julgadora de que não está havendo o cumprimento daquilo que foi determinado, entrando com a execução provisória dessa medida, pedindo que haja uma intimação pessoal do gestor para que haja o imediato cumprimento da decisão judicial. Desde 2011 que estamos acompanhando toda a parte assistência do HPM e isso motivou o ajuizamento de Ação Civil Pública, na qual houve uma determinação judicial para que o hospital reabra o serviço de UTI, colocando em ativo todos os leitos, inclusive com a contratação de pessoal, médicos, enfermeiros e auxiliares”, explicou a promotora durante audiência pública realizada ontem, 13.

Em inspeção realizada na semana passada, a Coordenação de Vigilância Sanitária

(Covisa) constatou o não funcionamento dos seis leitos da UTI, bem como a adequação de algumas irregularidades apontadas em relatório anterior que consubstanciou a Ação Civil Pública. “Verificamos que foi providenciado a adaptação de isolamento na UTI, estando a maioria dos materiais e equipamentos necessários para funcionamento, inexistindo a reserva operacional. Em relação a equipe de assistência, observamos a atuação de um médico que estava fazendo o atendimento em uma sala de estabilização. Além disso, nos foi informado que o número de enfermeiros no HPM não é suficiente para fazer a assistência. Também foi verificado que das três salas do centro cirúrgico, apenas uma estava funcionando, tendo em vista que outra

estava incompleta quanto aos equipamentos e a outra foi destinada como sala de recuperação pós-anestésica”, relatou a gerente de Serviços de Saúde da Covisa, Isabel Cristina Andrade. Ela ainda frisou que o relatório da inspeção realizada será entregue ao MP no prazo de cinco dias.

De acordo com o termo da audiência, o representante do HPM, major Leonício Silva, confirmou o não funcionamento da UTI do HPM por conta da falta de recursos humanos e ressaltou que há três meses existe, na Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplog), um edital de contratação emergencial de sete médicos intensivistas e infectologistas, porém sem qualquer sinalização para a contratação de enfermeiros e auxiliares.